



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimentos Sociais e Participação Social

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Políticas públicas, movimentos sociais e trabalho social
na autogestão**

I GUSMÃO¹

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar as experiências de trabalho social com movimentos sociais urbanos desenvolvidos na década de 1980. A pesquisa documental foi realizada na União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) e na assessoria Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Entrevistamos profissionais que atuaram com movimentos autogestionários e os resultados apontam que o trabalho social com movimentos sociais possuía uma intencionalidade e um compromisso com as lutas sociais realizadas no período. A partir da consolidação do trabalho social nas políticas urbanas, o trabalho social com movimentos sociais exige mediações mais complexas tanto quanto nossas cidades.

Palavras-chave: trabalho social; autogestão; movimentos sociais.

Abstract

The objective this article is analyses the experiences of social work developed out with the urban social movements in the 1980s. The documentary research was carried out União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) and advisory Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). We interviewed professionals what performances from social movements self-management and results indicate that the social work from social movements they had an intentionality and compromise to social conflict carried out in the. From the consolidation social work in urban policy, the social work from the social movements require complex mediations as much as our cities.

Keywords: social work; self-management; social movements

¹ Assistente social, assessora à movimentos sociais urbanos, pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (NEMOS) da PUC-SP e mestre em serviço social pela PUC-SP.
ivaloo.gusmao@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

Nesse artigo procuramos atualizar o debate sobre as experiências de trabalho social com movimentos sociais, analisando as experiências realizadas na década de 1980 e dialogando com as experiências contemporâneas. Ao atualizar o debate, identificamos continuidades, limites, desafios e tensões nessa atuação. Entretanto, foi na década de 1980 que novos movimentos sociais emergiram das periferias urbanas brasileiras e compuseram à cena política pela redemocratização. Foi nesse contexto que os movimentos sociais passaram a reivindicar a autogestão na produção social da moradia e realizaram embates para que o Estado financiasse essa política, financiasse a política pública de habitação de interesse social e possibilitasse a participação e o controle social sobre elas. Ao mesmo tempo, o trabalho social é reconhecido pelos movimentos sociais como uma dimensão importante em sua atuação e parte desse reconhecimento, se deve pela atuação técnica de profissionais que estavam comprometidos com os movimentos e que atuavam em prefeituras, assessorias técnicas ou dentro das próprias organizações. Entretanto, a partir da consolidação do trabalho social nas políticas urbanas, o trabalho social com movimentos sociais exige mediações mais complexas, no fomento e na ampliação da participação da população envolvida.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E REDEMOCRATIZAÇÃO

Estudos sobre movimentos sociais representam intensos debates teóricos², e sobretudo, demonstram como as grandes manifestações sociais formam diversos atores sociais, compõem representações sociais, representam determinadas intenções políticas, e contribuem e produzem novas intencionalidades por meio de suas ações. É sobre a efervescência de atores sociais que ao se mobilizarem, impactam de diversas formas a sociedade brasileira.

² Esses debates podem ser observados nos trabalhos de ALONSO, Angela. *As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço em debate*. In Lua Nova, São Paulo, 76:49-86, 2009. CARDOSO, Ruth. *Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico*. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade Política no Brasil pós-61* (online). Rio de Janeiro, p. 313-350, 2008. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.



A partir dos debates realizados que antecederam a Constituição de 1988 e nas legislações infraconstitucionais que se seguiram, foram apresentadas propostas de participação popular e de ampliação de cidadania por meio dos canais institucionais de participação social. Ao longo do tempo, os movimentos sociais experimentaram propor emendas populares, participar de Orçamentos Participativos, estarem presentes nas discussões sobre Planos Diretores, participarem dos Conselhos de políticas públicas, comitês gestores, conferências, entre outros espaços. Foi principalmente na década de 1990 que as dinâmicas de rearranjo político-institucional representaram aos movimentos sociais a possibilidade de participar de espaços institucionalizados pelas políticas sociais e construir instituições para atuar nessas políticas. Se por um lado, a representação popular através das Organizações Não Governamentais (ONGs) evidenciou um processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva (LAVALLE, 2004), dando centralidade a uma nova sociedade civil que emergiu após a redemocratização brasileira, novos aspectos como alianças, disputas, diálogos e negociações passam a estar presentes na relação dos movimentos sociais com o Estado.

O neoliberalismo e a participação nos espaços da política institucional turvam as projeções sobre a sociedade civil e sobre movimentos sociais no sentido de compreender suas intencionalidades. Mas formas de atuação na institucionalidade são importantes para ampliar a democracia e a participação popular na política. Assim, novas análises passam a propor que as relações sejam observadas considerando a heterogeneidade e os conflitos internos aos movimentos sociais que conectados, realizam em correlações com partes do Estado que também é heterogêneo. Quando observadas dentre e ao lado de outros atores civis, os movimentos sociais tornam-se atores que possuem determinadas características específicas, mas que estão presentes na sociedade civil. As políticas de liberalização econômica, a austeridade fiscal, a desregulamentação do Estado ao mercado, o livre comércio e o corte das despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia, fortemente presentes no Brasil desde a década de 1990, reforçam uma sociedade civil corporativa, valorizada por contar com agentes voluntários, grupos filantrópicos, cooperativas e organizações não governamentais (ONGs). A ideologia neoliberal se associa a política *laissez-faire* do liberalismo clássico, mas se diferencia ao promover uma economia de mercado e um mercado da política (KALDOR in SIMIONATTO, 2010). Nesse sentido, a concepção de sociedade civil fundada no ideário da responsabilidade social dos indivíduos impulsionada pelo Estado, pelo empresariado, pelas elites e pelos grupos corporativos, contribuiu para despolitizar o conceito de sociedade civil e retirar sua dimensão política. Essa sociedade civil passa ser representada como virtuosa de novas liberdades, da restauração de solidariedades, de autoajuda e ajuda mútua, da



conciliação entre as classes, enfim, um projétil mágico a ser disparado em qualquer direção (SIMIONATTO, 2010). Também é dentro desse contexto que Dagnino (2004) aponta como crise discursiva a confluência perversa no atravessamento do projeto neoliberal nas experiências de construção democrática e no projeto democratizante participatório.

De qualquer forma, as duas faces dos movimentos sociais, a efervescência do protesto e a participação na política institucionalizada não são excludentes e contraditórias quando analisadas. Há superação na dicotomia entre protesto e proposição, conflito e cooperação, autonomia e cooptação, e que assim, permitem observar a noção de projetos políticos nas transformações dos repertórios nos padrões de interação. A autonomia dos movimentos sociais não está na chave da não relação, mas sim na virtude de realizar as mesmas finalidades com auxílio mútuo ou coadjuvação recíproca. E é essa chave teórica que permite, por exemplo, observar os impactos na interação dos movimentos sociais sobre as políticas públicas. Muitos dos movimentos sociais passavam a conceber as políticas públicas como estratégicas para seus objetivos e demandas, mas também passaram a substituir o Estado na prática das políticas, mantendo como fonte central de recursos para sua própria produção e reprodução. Analisaremos como os movimentos sociais urbanos foram progressivamente envolvidos nos processos de formulação e implementação das políticas públicas, como desenvolveram a proposta autogestionária e a relação do trabalho social como componente da política urbana dentro dos movimentos sociais.

2.1 Autogestão na política urbana

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) são movimentos sociais urbanos que exercem interação com o Estado e participam da formulação e da implementação das políticas públicas de habitação de interesse social. A UMM começa a ser articulada no ano de 1987, a partir do apoio da Igreja Católica, lideranças de partidos políticos, assessores e profissionais de diferentes áreas que passam a acompanhar sistematicamente as questões locais de onde emergem os movimentos reivindicatórios por moradia e serviços urbanos. Nesse contexto, realizam enfrentamentos ao Estado, enfrentam a polícia, realizam manifestações. Em São Paulo, a partir do denso processo de ocupação de terras vivenciado na década de 1980, esses atores formulam juntos, a experiências de autogestão na política urbana.

O processo de ocupação de terras foi importante tanto para a formação dos movimentos sociais urbanos quanto para a formulação da proposta autogestionária na



produção da moradia. As ocupações lançam aos atores sociais implicados nesse processo o desafio da permanência. Essa atuação consiste não apenas na construção de moradias ou urbanização de determinadas áreas, mas também na construção da vida comunitária e na busca por qualidade de vida aos grupos organizados. A autogestão na habitação corresponde a ações em que a produção habitacional ou a urbanização de uma área se dá através do controle da gestão dos recursos públicos e de obra, pelos movimentos populares, associações e cooperativas. Conforme afirmam Mineiro e Rodrigues (2012), é a possibilidade da própria comunidade gestar e controlar todo o processo da produção da solução da sua habitação. É a possibilidade de controle de todas as etapas na política urbana, desde a escolha do terreno, a definição do projeto, da equipe técnica que acompanhará o grupo, a escolha da forma de construir, os materiais que serão utilizados, a mão de obra que será contratada, a organização e a participação na obra desde o mutirão até a prestação de contas.

Os primeiros programas habitacionais autogestionários foram desenvolvidos nos municípios de São Paulo, Diadema, Santo André e Iapatinga, no estado de Minas Gerais. São experiências desenvolvidas dentro de gestões municipais que respondem a demanda dos movimentos sociais e financiam a produção habitacional autogestionária e associativa dentro de seu escopo de políticas públicas³. Entretanto, políticas públicas que permitam a autogestão na produção da moradia são pautas dos movimentos populares frente ao Estado. E foi nesse contexto, que o movimento discutiu com diversos atores da sociedade civil a proposta do Fundo Nacional de Moradia Popular. A proposta do Fundo era manter o financiamento contínuo à política de habitação de interesse social com dotações orçamentárias fixas, prioridade no atendimento habitacional as famílias com renda de até cinco salários mínimos e a possibilidade de produzir moradia por autogestão. A proposta se transforma no primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, aprovada na plenária do movimento em dezembro do ano de 1990, sobre o contexto da ausência de políticas habitacionais no âmbito do governo federal destinada à população de baixa renda, a falência do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e as experiências autogestionárias concretas adquiridas pelo movimento popular (Secretaria de Assessorias da UMM-SP, 1991, p. 11).

No ano de 1993, a UMM, ao articular movimentos de moradia por todo o país, funda a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) que reúne movimentos sociais em vinte e dois estados brasileiros. As articulações se ampliam à outras redes da sociedade

³ Como exemplo, na cidade de São Paulo, foi desenvolvido o Funaps Comunitário ou FUNACOM, um programa habitacional que previa a autogestão, realizado entre os anos de 1989 e 1992. Criado pela lei 8.906 de 27 de abril de 1979, o FUNAPSCOM é uma reformulação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS).



civil como Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), a *Habitat International Coalition* (HIC) e a *Secretaria Latino Americana de La vivienda Popular* (SELVIP). A *Federación Uruguay de Cooperativas de Ayuda Mutua* (FUCVAM) também compõem a HIC e influencia substancialmente os movimentos brasileiros na formatação da proposta para uma política pública autogestionária. Agendas comuns em ações sobre um mundo cada vez mais globalizado.

O movimento defende a autogestão como um processo não apenas para construir casas, bairros ou equipamentos sociais, mas como uma forma de construção de poder popular pois, controlar recursos públicos através de processos alternativos de gestão, é propor ao povo o protagonismo na política pública (UNMP, Ofício ao Ministério das Cidades, abril de 2003 apud MINEIRO e RODRIGES, 2012). Com a articulação e organização nacional e internacional, os movimentos sociais experenciam a estratégia autogestionária na produção da moradia em diversos estados brasileiros durante toda a década de 1990. Essas experiências se desenvolvem, em parte, no escopo de programas habitacionais municipais e estaduais e em parte, com apoio de organizações internacionais. De qualquer forma, essas experiências são bases importantes para a discussão da autogestão nas políticas públicas, reformulam e reconfiguram os atores sociais envolvidos na produção social da moradia e ampliam as parcerias para a autogestão além da relação com o Estado.

A partir do ano de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, novos canais de negociação com o Estado foram abertos aos movimentos sociais e a pauta da autogestão na política de habitação nacional é retomada. Nas negociações com o governo federal é elaborada a proposta de adaptação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), para atender a demanda por autogestão. No ano seguinte, o Ministério das Cidades apresenta uma proposta em abrigar um programa autogestionário no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Programa Crédito Solidário (PCS). No ano de 2005, o Fundo Nacional de Moradia Popular é aprovado pela Lei 11.124, após treze anos de tramitação no Congresso Nacional. Com a Lei, é criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Para os movimentos sociais, o FNHIS centralizaria os recursos e os programas de urbanização de assentamentos precários e produção habitacional de baixa renda. Entretanto, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fora do FNHIS, há impactos nos acordos estabelecidos. Segue uma longa pressão por parte dos movimentos sociais por retomar os objetivos do FNHIS, viabilizar a autogestão na produção social da moradia e permitir às associações e movimentos sociais, acesso aos recursos. Nesse sentido, foi criada a Medida Provisória 387/2007, convertida na Lei 11.578/2007 e



que admitiu o repasse de recursos diretamente às entidades, viabilizado pelo Programa Produção Social da Moradia.

No segundo semestre de 2008, novas mudanças na economia brasileira, em virtude dos efeitos da crise mundial, o governo a buscar mitigar os efeitos internos da crise e adotar políticas keyneisianas que incluíram a manutenção do crédito, o atendimento aos setores mais atingidos pela recessão, ampliar as esferas de atuação da Petrobras e sustentar os investimentos públicos através do PAC. Foi nesse contexto o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e como bandeira do governo, a construção de um milhão de casas. Inspirado nas experiências chilena e mexicana consideradas pelo empresariado da construção civil como modelos adequados para dinamizar a produção habitacional e com o objetivo de ampliar as condições do mercado habitacional para atendimento das famílias de até dez salários mínimos estabelecendo subsídios diretos e proporcionais à renda das famílias, o PMCMV procura aquecer o mercado e impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção civil.

Amore (2015) esclarece que o contexto da crise econômica, junto com o enfraquecimento do Ministério das Cidades no seu papel de formulador e condutor da política urbana, levou o governo acolher a proposta do setor da construção civil, apostando no potencial econômico da produção de habitação em massa. Com essa iniciativa, de caráter anticíclico, previa-se gerar empregos num setor da economia capaz de mobilizar diversos outros setores associados, desde a indústria extrativista e produtora dos materiais básicos da construção civil até a indústria moveleira e de eletrodomésticos, que é ativada no momento da entrega das chaves.

A partir do momento do lançamento do PMCMV pelo governo federal, os movimentos de moradia passam a reivindicar também a construção de um milhão de casas por autogestão. Tem início jornadas de lutas, ocupações, reivindicações, manifestações e negociações com o governo, que por fim, formula o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades utilizou os recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e destinou à organizações comunitárias, associações e movimentos sociais, para que produzissem moradias à famílias cuja renda familiar não ultrapasse a R\$1.600,00. O Programa possuía a modalidade de construção por autogestão e representou apenas 2% dos recursos do PMCMV convencional destinado às construtoras. De qualquer forma, até o ano de 2011 foram produzidas 9.395 unidades habitacionais pela modalidade Entidades (MINEIRO; RODRIGUES, 2012).

Para os movimentos sociais os programas habitacionais que permitem a autogestão representam não apenas o atendimento de suas pautas de reivindicação, mas também a possibilidade de aperfeiçar sua aplicabilidade (MINEIRO; RODRIGUES, 2012).



Negociar, realizar caravanas, ocupar imóveis vazios, ocupar sedes de órgãos públicos é também chegar para levar propostas. O PMCMV-E incorporou várias propostas apresentadas pelos movimentos sociais. E após o golpe do ano de 2016, as reivindicações ao governo federal são para a retomada das contratações e continuidade dos repasses aos empreendimentos que ainda estão em obra.

2.2 Trabalho social com movimentos sociais

Trabalho social em habitação é um componente da política urbana, presente no escopo das políticas desde a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS), dentro do Sistema Financeiro de Habitação, vingente no país entre os anos de 1964 e 1986. Foi a partir do ano de 1975 que o trabalho social passou a estar institucionalizado nacionalmente em vários programas habitacionais ofertados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) como o INOCOOP, PROMORAR, João de Barro, PROFILURB e o PROSANEAR (PAZ; TABOADA, 2010). De qualquer forma, trabalho social se configura na realização de ações socioeducativas e políticas pautados em valores e estratégias, respaldadas nos diferentes projetos políticos societários o qual esteja inserido. O processo de trabalho social é desenvolvido em territórios determinados, cujo horizonte, através da vinculação à política urbana, é a melhora da qualidade de vida das pessoas, a defesa de direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e o fortalecimento da participação e organização autônoma da população.

A aproximação do trabalho social com movimentos sociais é verificada na cidade de São Paulo, quando em fevereiro do ano de 1989, o município cria sua secretaria de habitação e demarca o atendimento prioritário à população organizada pelos movimentos sociais e com menores rendimentos. Nesse contexto, há a prerrogativa do trabalho social como processos que articulem cultura, política e participação (RONCONI, 1995). Com o desenvolvimento do FUNAPSCOM nessa gestão, vinculado à Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social (FABES) e à Coordenadoria do Bem Estar Social, é possível verificar que a atuação das equipes técnicas envolvidas nos projetos habitacionais tiveram como eixo central o apoio às reivindicações e à organização popular⁴. Esses profissionais, aplicados no desenvolvimento dos programas habitacionais desenvolvem não apenas uma ação pontual na liberação de recursos, mas uma ação paralela. Novos espaços de discussão e novas reivindicações foram abertas a partir das necessidades concretas

⁴ No ano de 2016, o Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais (NEMOS) da PUC-SP realizou um importante debate com assistentes sociais que atuavam no poder público municipal e que realizaram experiências de acompanhamento e assessoria técnica aos movimentos sociais na década de 1980.



vivenciadas pelas condições de moradia das periferias da cidade. As novas discussões, realizadas no sentido de obter de serviços públicos coletivos, possibilita a perspectiva coletiva de organizar e articular lutas populares por diferentes regiões da cidade. Ao reivindicar melhorias das suas condições de moradia, a população esboça uma ação transformadora que pode ser alcançada com a instrumentalização das camadas populares e com o estímulo à participação delas na realidade social, para o exercício de seus direitos. As reivindicações para atendimento de água, luz e melhorias nas condições urbanas nas periferias das cidades são lutas pelo acesso a cidade, que crescia, se ampliava e se articula com as demandas dos movimentos sociais já organizados ou em fase de organização. Ao incentivar à organização de comissões de moradores para reivindicações de equipamentos públicos, ao apoiar movimentos de resistência e ocupação de áreas públicas e privadas, os movimentos de moradia passam a identificar técnicos sociais como aliados de suas lutas e num contexto mais amplo, nas lutas pela redemocratização do país. (PAZ; TABOADA, 2010).

De outra forma, é no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, que iniciativas para articular atores que realizam experiências em assessorias técnicas⁵ aos movimentos sociais, são realizadas. Nesse contexto, as equipes de assessorias técnicas procuram formas constituição jurídica para participar do escopo das políticas urbanas. Nessa perspectiva, almejam se manterem autônomas ou parceiras em relação ao Estado, garantir a multidisciplinaridade de suas equipes e o financiamento de suas atividades. Ao mesmo tempo em que há preocupação em relação a autonomia frente ao Estado, almejam alterar a correlações de força estabelecida historicamente dentro da política urbana com as empreiteiras e escritórios de arquitetura consolidados. Em relação aos movimentos sociais, a perspectiva é atuar para fortalecer o diálogo com o Estado, qualificar sua atuação e ampliar o envolvimento das comunidades.

O desenvolvimento dos programas habitacionais e o crescimento das cidades, ampliam a complexidade dos projetos habitacionais para grupos associativos. As assessorias técnicas possibilitaram aos movimentos sociais o aprimoramento na produção da habitação por autogestão, gestaram conjuntamente as necessidades diante das complexidades financeiras, jurídicas e construtivas dos empreendimentos habitacionais. Nesse contexto, o trabalho social no processo autogestionário representa a possibilidade de

⁵ No ano de 1994, o debate realizado pelo Instituto Pólis sobre Moradia e Cidadania na cidade de São Paulo que contou com a participação de dez representantes de assessorias técnicas e profissionais do poder público, representa um importante documento para verificar o posicionamentos dos arquitetos nas relações com os movimentos sociais. De qualquer forma, as Assessorias Técnicas permite aos movimentos sociais ampliarem a participação da população nos aspectos físicos da obra, seja na gestão até a elaboração de projetos, desenho e planejamento de obra.



adquirir novos aprendizados a partir das relações de autonomia frente ao Estado, mas mantendo a perspectiva de garantia e ampliação de direitos e cidadania. Com a redemocratização do país, algumas gestões municipais e estaduais, abrem o diálogo com os movimentos sociais. Esses diálogos permitiram caminhos para a construção de uma política pública para autogestão na produção da moradia. A presença do Estado, enquanto agente financiador da política urbana, não é rejeitada pelos movimentos sociais. O debate central está no fortalecimento do Estado democrático e na possibilidade de fortalecer outros atores antes excluídos dos processos decisórios.

O trabalho social desenvolvido pelas assessorias tinham o sentido não apenas de capacitar para o trabalho em obra, mas que através da obra e da gestão da política pública, fossem formados sujeitos políticos participantes. Um ator importante nesse processo foi a FASE-SP⁶. Nesse trabalho social, manter a representatividade e o pluralismo dos sujeitos, articular lutas, ultrapassar a fragmentação dos grupos, amplia-los e unifica-los às lutas da cidade, são ações do trabalho social. A partir do desenvolvimento de diversas atividades que utilizavam metodologias de educação popular para ampliar o controle e a participação no âmbito das questões urbanas, a organização desenvolveu atividades com lideranças, representantes, dirigentes e militantes de base de diversos movimentos populares presentes na cidade. Nessa experiência⁷, verifica-se no trabalho social uma intencionalidade de transformação da sociedade, que viria da própria classe trabalhadora e dos próprios movimentos sociais pois, são eles que fariam a ação e definiriam qual seria a alternativa possível. A consciência crítica sobre a própria realidade tornaria possível a elaboração de uma organização societária alternativa. Enfrentar o Estado, chamar à participação popular, unificar lutas na cidade e fortalecer as assessorias técnicas para apoiar à autogestão na produção social da moradia, são ações desenvolvidas nesse trabalho.

A partir dos documentos analisados, foi possível verificar que nos anos de formação dos movimentos sociais na década de 1980, a preocupação do trabalho social estava em interpretar as relações da sociedade e os instrumentos utilizados pelo Estado, a partir da elaboração e da estruturação de políticas públicas de habitação que permitissem a participação dos movimentos sociais. Entretanto, com o desenvolvimento das políticas públicas as atividades, as atribuições, limites e desenvolvimento do trabalho social se

⁶ A FASE é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 1961 e que desenvolveu trabalhos para a organização e desenvolvimento comunitário e associativo no apoio a ações de resistência à ditadura e aos movimentos sociais que enfrentaram a carestia e as desigualdades econômicas na redemocratização brasileira. As atividades de trabalho social estudadas no presente trabalho foram realizadas no Mutirão do Colégio Adventista, na Associação Pró-Moradia Zona Sul e em bairros da zona sul da cidade de São Paulo.

⁷ Foram analisados os Programas Trienais da FASE/ SP dos períodos de 1987 a 1989 e 1989 a 1992.



complexificam⁸. Indicação da demanda, atendimento de normativas, desenvolvimento de habilidades para participação, exposição de contextos onde são travadas as lutas dos movimentos, os conflitos, as contradições e as disputas realizadas pela sociedade, são ações do trabalho social com os movimentos sociais na contemporaneidade. A complexidade da construção dos empreendimentos habitacionais autogestionários realizadas atualmente pelos movimentos sociais no âmbito do Programa MCMV Entidades traz ao trabalho social a necessidade de promover a capacitação para a gestão coletiva, ampliar a participação das famílias na gestão da obra, fortalecer comissões, incentivar permanência, apoiar, mobilizar e preparar o processo de tomada de decisão. Esses processos também são vivenciados nos espaços institucionalizados de participação nas políticas sociais e que foram transpassados à gestão do empreendimento. No contexto da gestão do empreendimento, promover espaços onde as decisões sejam menos concentradas, mais distribuídas e transparentes, são atribuições do trabalho social. Fortalecer processos e contribuir para o desenvolvimento de capacidades em tomada de decisões é dividir e compartilhar responsabilidades à decisões estruturantes para o processo que impactam e produzem resultados também às políticas públicas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de consolidação dos movimentos sociais, o trabalho social foi reconhecido como uma dimensão importante e parte desse reconhecimento está relacionado à atuação comprometida de técnicos que realizaram esse trabalho, conciliaram militância e atuação técnica, e outra parte, advém do reconhecimento da dimensão social no fortalecimento à autogestão na produção social da moradia. Ao longo das experiências e da pesquisa realizada sobre o trabalho social, percebemos a atuação técnica de profissionais do poder público, organizações não governamentais e assessorias técnicas, que quando próximos aos movimentos populares, se comprometem politicamente, na utilização de seus

⁸ Foram analisados o material desenvolvido no âmbito do Projeto de Fortalecimento e Difusão à Autogestão, formulado no ano de 2012, pela UMM-SP. A implantação do projeto teve início no ano de 2013 e a finalização prorrogada para o ano de 2018. O projeto é financiado com recursos da Ford Foundation e teve como objetivo de fortalecer e difundir a autogestão habitacional nos movimentos sociais filiados a União Nacional dos Movimentos de Moradia Popular (UNMP). As lideranças pertencem aos movimentos filiados à União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Os estados escolhidos para receber essa formação foram estratégicos na perspectiva do próprio movimento e entre as atividades desenvolvidas destacamos os cursos, seminários e material didático disponíveis em: <http://autogestao.unmp.org.br/categoria/materiais-de-apoio>.



conhecimentos, à apoiar e instrumentalizar as lutas e fomentar a organização e as reivindicações coletivas. O trabalho social, na política urbana ou nos movimentos populares, não é exclusividade do assistente social mas é significativa a presença desse profissional que traz para sua atuação as referências teóricas e metodológicas e os compromissos ético-políticos construídos pela profissão no momento de lutas internas dessa categoria contra suas próprias bases conservadoras e tradicionais. Com o financiamento dos empreendimentos autogestionários pelo Estado, o trabalho social passa a integrar uma equipe interdisciplinar que também expressa seu compromisso ético-político nessa atuação e que atua na dimensão política e pedagógica do trabalho social.

A formulação dos programas habitacionais autogestionários e a institucionalização do trabalho social na política urbana possibilitaram uma atuação profissional próxima aos movimentos sociais mas no sentido de acompanhar a utilização dos recursos do Estado. o Serviço Social como trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, possui produtos e interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. Contribui intelectualmente, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade seja em torno de interesses de classes, sejam dominantes ou subalternas, seja para o reforço da hegemonia vigente, seja para a criação de uma contra hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, Caio S.; SHUMBO, Lúcia Z. e RUFINO, Beatriz C. (orgs.) **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** In Política & Sociedade, nº 05, outubro de 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2003



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. **Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais.** In Política & Sociedade, nº5, outubro de 2004.

MINEIRO, Edilson e RODRIGUES, Evaniza. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção.** In **Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições.** Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2012.

PAZ, Rosangela D. O; TABOADA, Kleyd J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.** Ministério das Cidades, Brasília, 2010.

RONCONI, Reginaldo L.N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (O Programa FUNAPS Comunitário).** Dissertação de Mestrado- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 1995

SIMIONATTO, Ivete. **Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil.** São Paulo, Veras Editora, 2010.

Documentos da UMM e da FASE

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. **Curso de Sensibilização para Autogestão.** São Paulo: 2014. Disponível em: [www. Autogestao.unmp.org.br](http://www.Autogestao.unmp.org.br) . Acesso em: outubro de 2017.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA. **Curso de Capacitação para Lideranças em Autogestão.** São Paulo: 2015. Disponível em: [www. Autogestao.unmp.org.br](http://www.Autogestao.unmp.org.br) . Acesso em: outubro de 2017.

Programa Trienal FASE/ SP, 1987 a 1989.

E Agora? FASE-SP, SOF, CPV e Instituto POLIS, 1991.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.